

Diário do Legislativo de 12/11/2002

MESA DA ASSEMBLÉIA

Presidente: Antônio Júlio - PMDB

1º-Vice-Presidente: Alberto Pinto Coelho - PPB

2º-Vice-Presidente: Ivo José - PT

3º-Vice-Presidente: Olinto Godinho - PTB

1º-Secretário: Mauri Torres - PSDB

2º-Secretário: Wanderley Ávila - PPS

3º-Secretário: Álvaro Antônio - PDT

SUMÁRIO

1 - ORDENS DO DIA

1.1 - Plenário

1.2 - Comissões

2 - PRONUNCIAMENTOS REALIZADOS EM REUNIÕES ANTERIORES

3 - MATÉRIA ADMINISTRATIVA

ORDENS DO DIA

Ordem do dia DA 409ª reunião ordinária EM 12/11/2002

1ª Parte

1ª Fase (Expediente)

(das 14 horas às 14h15min)

Leitura e aprovação da ata da reunião anterior. Leitura da correspondência.

2ª Fase (Grande Expediente)

(das 14h15min às 15h15min)

Apresentação de proposições e oradores inscritos.

2ª Parte (Ordem do Dia)

1ª Fase

(das 15h15min às 16h15min)

Comunicações da Presidência. Apreciação de pareceres e requerimentos.

Parecer da Comissão de Justiça sobre o Projeto de Lei nº 2.103/2002, do Deputado Paulo Piau, que autoriza o Poder Executivo a doar ao Município de Capinópolis o imóvel que especifica. O parecer conclui pela antijuridicidade do projeto.

Requerimento nº 3.361/2002, da Comissão de Turismo, solicitando ao Diretor-Geral do DER – MG as informações que menciona sobre o cronograma das obras de reparos nas estradas de acesso a São João del-Rei e região. A Mesa da Assembléia opina pela aprovação do requerimento com a Emenda nº 1, que apresenta.

Requerimento nº 3.368/2002, do Deputado João Batista de Oliveira, em que solicita ao Secretário de Assuntos Municipais a relação dos convênios assinados entre aquela Secretaria e as prefeituras municipais no período de julho de 2001 a maio deste ano, com as especificações que menciona. A Mesa da Assembléia opina pela aprovação do requerimento com as Emendas nºs 1 e 2, que apresenta.

Requerimento nº 3.370/2002, da Comissão de Saúde, em que pede informações ao Secretário da Saúde sobre o número de convênios assinados para o repasse de verbas, bem como sobre os órgãos e municípios com os quais foram firmados, além de outras que menciona. A Mesa da Assembléia opina pela aprovação do requerimento com a Emenda nº 1, que apresenta.

Requerimento nº 3.398/2002, da Comissão de Meio Ambiente, solicitando informações ao Presidente da COPAM sobre a existência de granja avícola no perímetro urbano da cidade de Canaã, com as especificações que menciona. A Mesa da Assembléia opina pela aprovação do requerimento na forma do Substitutivo nº 1, que apresenta.

Requerimento nº 3.404/2002, do Deputado Ermano Batista, em que solicita informações ao Governador do Estado e aos Secretários da Fazenda e da Educação sobre os recursos orçamentários realizados em favor da UEMG, da UNIMONTES e demais instituições afiliadas, bem como sobre sua destinação futura. A Mesa da Assembléia opina pela aprovação do requerimento na forma do Substitutivo nº 1, que apresenta.

2ª Fase

(das 16h15min às 18 horas)

Discussão, em 1º turno, do Projeto de Lei nº 2.326/2002, do Governador do Estado, que autoriza o Poder Executivo a doar ao Município de Taiobeiras o imóvel que especifica. A Comissão de Justiça conclui pela constitucionalidade do projeto. A Comissão de Fiscalização Financeira opina por sua aprovação.

Discussão, em 2º turno, do Projeto de Lei nº 1.220/2000, do Deputado Paulo Piau, que dispõe sobre a necessidade de se dotarem os estabelecimentos instalados às margens das rodovias do Estado de equipamentos para tratamento de esgotos e separação de resíduos sólidos, óleos e graxas. A Comissão de Meio Ambiente opina por sua aprovação na forma do vencido em 1º turno.

Discussão, em 2º turno, do Projeto de Lei nº 1.400/2001, do Deputado Sebastião Costa, que autoriza o Poder Executivo a doar ao Município de Patrocínio do Muriaé o imóvel que especifica. A Comissão de Fiscalização Financeira perdeu prazo para emitir parecer. Designado relator em Plenário, o Deputado Rêmoló Aloise solicitou o prazo regimental para emitir parecer.

Discussão, em 2º turno, do Projeto de Lei nº 1.910/2001, do Deputado Márcio Kangussu, que autoriza o Governo do Estado de Minas Gerais a doar à Câmara Municipal de Joaíma o imóvel que especifica. A Comissão de Fiscalização Financeira opina pela aprovação do projeto na forma do vencido em 1º turno.

Prosseguimento da discussão, em 1º turno, do Projeto de Lei nº 1.974/2002, do Governador do Estado, que altera a Lei nº 6.763, de 26/12/75. A Comissão de Justiça conclui pela constitucionalidade do projeto. A Comissão de Política Agropecuária opina por sua aprovação na forma do Substitutivo nº 1, que apresenta. A Comissão de Fiscalização Financeira opina pela aprovação do projeto na forma do Substitutivo nº 1, apresentado pela Comissão de Política Agropecuária.

Discussão e votação de pareceres de redação final.

Ordem do dia da 10ª reunião ordinária da CPI dos Cartórios, a realizar-se às 10 horas do dia 12/11/2002

1ª Parte (Expediente)

Leitura e aprovação da ata. Leitura da correspondência e da matéria recebida. Designação de relator.

2ª Parte (Ordem do Dia)

Discussão e votação de proposições da Comissão.

Ordem do dia da 99ª reunião ordinária da comissão do Trabalho, da Previdência e da Ação Social, a realizar-se às 10 horas do dia 12/11/2002

1ª Parte (Expediente)

Leitura e aprovação da ata. Leitura da correspondência e da matéria recebida. Designação de relator.

2ª Parte (Ordem do Dia)

Discussão e votação de proposições que dispensam a apreciação do Plenário da Assembléia:

Em turno único: Projetos de Lei nºs 2.323 e 2.367/2002, do Deputado Ivair Nogueira.

Discussão e votação de proposições da Comissão.

Ordem do dia da 111ª reunião ordinária da comissão de Constituição e Justiça, a realizar-se às 10 horas do dia 12/11/2002

1ª Parte (Expediente)

Leitura e aprovação da ata. Leitura da correspondência e da matéria recebida. Designação de relator.

2ª Parte (Ordem do Dia)

Discussão e votação de pareceres sobre proposições sujeitas à apreciação do Plenário da Assembléia:

No 1º turno: Projetos de Lei nºs 1.883/2001, do Deputado Paulo Piau; 2.239/2002, da CPI do Preço do Leite; 2.269/2002, dos Deputados Ivo José e Maria José Hauelsen; 2.316/2002, do Deputado Ermano Batista; 2.322/2002, da Comissão Especial da Lista de Assinantes; 2.381/2002, do Deputado Ivair Nogueira.

Discussão e votação de proposições que dispensam a apreciação do Plenário da Assembléia:

Em turno único: Projetos de Lei nºs 2.101/2002, do Deputado Alberto Bejani; 2.217/2002, do Deputado João Pinto Ribeiro; 2.246/2002, do Deputado Dilzon Melo; 2.273/2002, do Deputado Sebastião Costa; 2.335/2002, do Deputado Eduardo Brandão; 2.336/2002, do Deputado Dilzon Melo; 2.338/2002, do Deputado Bené Guedes; 2.372/2002, do Deputado João Batista de Oliveira; 2.377 e 2.378/2002, do Governador do Estado; 2.380/2002, do Deputado Sebastião Costa; 2.383/2002, do Deputado Dilzon Melo; 2.389/2002, do Deputado Sebastião Costa; 2.416/2002, do Deputado Sebastião Navarro Vieira.

Discussão e votação de proposições da Comissão.

Ordem do dia da 92ª reunião ordinária da comissão de Saúde, a realizar-se às 14h30min do dia 12/11/2002

1ª Parte (Expediente)

Leitura e aprovação da ata. Leitura da correspondência e da matéria recebida. Designação de relator.

2ª Parte (Ordem do Dia)

Discussão e votação de proposições que dispensam a apreciação do Plenário da Assembléia:

Requerimentos nºs 3.520 e 3.521/2002, do Deputado Miguel Martini.

Discussão e votação de proposições da Comissão.

Ordem do dia da 22ª reunião ordinária DA Comissão Parlamentar de Inquérito para, no prazo de 120 dias, Apurar o Funcionamento do Sistema Prisional de Ribeirão das Neves e Outros Municípios, Verificando a Possível Participação do Poder Público, com Grupos Criminosos Organizados, nos Esquemas de Facilitação de Fuga, Tráfico de Drogas, Liberdade e Soltura Extralegal, a realizar-se às 15 horas do dia 12/11/2002

1ª Parte (Expediente)

Leitura e aprovação da ata. Leitura da correspondência e da matéria recebida. Designação de relator.

2ª Parte (Ordem do Dia)

Finalidade: ouvir a Sra. Ângela Maria Prata Pace Silva de Assis, Secretária da Justiça e de Direitos Humanos; e os Srs. Cel. PM Sócrates Edgard dos Anjos, Comandante da 7ª Região; o Cel. PM Isac de Oliveira Souza; Diretor da Penitenciária José Maria Alkmim, e Luziene Medeiros do Nascimento Barbosa, Diretora do Fórum de Ribeirão das Neves, sobre as recentes rebeliões ocorridas na Penitenciária José Maria Alkmim.

Discussão e votação de proposições da Comissão.

Ordem do dia da 95ª reunião ordinária da comissão de Assuntos Municipais e Regionalização, a realizar-se às 15 horas do dia 12/11/2002

1ª Parte (Expediente)

Leitura e aprovação da ata. Leitura da correspondência e da matéria recebida. Designação de relator.

2ª Parte (Ordem do Dia)

Discussão e votação de proposições da Comissão.

Ordem do dia da 98ª reunião ordinária da comissão de Meio Ambiente e Recursos Naturais, a realizar-se às 15 horas do dia 12/11/2002

1ª Parte (Expediente)

Leitura e aprovação da ata. Leitura da correspondência e da matéria recebida. Designação de relator.

2ª Parte (Ordem do Dia)

Discussão e votação de pareceres sobre proposições sujeitas à apreciação do Plenário da Assembléia:

No 2º turno: Projeto de Lei nº 1.746/2001, do Deputado João Pinto Ribeiro.

No 1º turno: Projeto de Lei nº 3/99, do Deputado Sávio Souza Cruz.

Discussão e votação de proposições da Comissão.

Ordem do dia da 92ª reunião ordinária da comissão de Política Agropecuária e Agroindustrial, a realizar-se às 14h30min do dia 13/11/2002

1ª Parte (Expediente)

Leitura e aprovação da ata. Leitura da correspondência e da matéria recebida. Designação de relator.

2ª Parte (Ordem do Dia)

Discussão e votação de pareceres sobre proposições sujeitas à apreciação do Plenário da Assembléia:

No 1º turno: Projeto de Lei nº 2.189/2002, do Deputado João Batista de Oliveira.

Discussão e votação de proposições da Comissão.

Ordem do dia da 3ª reunião ordinária da comissão Especial da SAMARCO, a realizar-se às 15 horas do dia 13/11/2002

1ª Parte (Expediente)

Leitura e aprovação da ata. Leitura da correspondência e da matéria recebida. Designação de relator.

2ª Parte (Ordem do Dia)

Finalidade: discutir assuntos de interesse da Comissão.

Discussão e votação de proposições da Comissão.

PRONUNCIAMENTOS REALIZADOS EM REUNIÕES ANTERIORES

407ª REUNIÃO ORDINÁRIA

Discursos Proferidos em 6/11/2002

O Deputado Rogério Correia - Sr. Presidente, colegas Deputados, Deputada presente, tratarei de dois assuntos relevantes. São duas situações que vivenciamos na Casa, sendo preciso que o Plenário desta Casa seja alertado. Um diz respeito ao funcionamento da Comissão de Administração Pública, da qual faço parte, ou, em outras palavras, do não-funcionamento da Comissão de Administração Pública. O outro diz respeito à divisão da CEMIG, projeto polêmico que tramita na Casa, mas que, infelizmente, parece existirem forças interessadas em que essa divisão aconteça. Gostaria, em primeiro lugar, de lamentar o que tem acontecido na Comissão de Administração Pública. Desde que as eleições terminaram no seu 1º turno, já não conseguimos reunir a Comissão, não porque os Deputados não queiram frequentar as reuniões, mas sim por não existir pauta. Assim, os projetos importantes que deveriam ser examinados não o são, simplesmente porque o Presidente não coloca na pauta nenhum projeto polêmico. Hoje, por exemplo, teremos - ou teríamos - reunião às 14h30min, mas só há na pauta requerimento.

Está havendo agora manifestação dos Defensores Públicos, solicitando que a Comissão de Administração Pública analise o projeto que cria o seu plano de carreira. Estivemos, outro dia, com o Sind-UTE, também fazendo manifestação e exigindo que a Comissão de Administração Pública coloque na pauta e aprecie o plano de carreira da educação. Não sei por que o Presidente dessa Comissão resolveu que nada entra na pauta, e nós, Deputados, nada podemos fazer, embora tentemos que o quórum se estabeleça.

O Deputado Sargento Rodrigues, membro da Comissão, está aqui e certamente sabe que a reunião das 14h30min será em vão, pois nenhum dos projetos foi ali posto. Estamos sofrendo pressões justas dos professores, que querem seu plano de carreira, e dos Defensores Públicos. Todos pressionam para que o projeto seja apreciado e possa vir a Plenário. Nada podemos fazer, já que o Presidente não pediu para sair do cargo e nega-se a colocar qualquer projeto em pauta. A Comissão não tem o que fazer, está paralisada, embora projetos importantes existam. O Presidente fechou a Comissão. Só faltou levar a chave do Plenário onde a Comissão se reúne.

Já fiz um apelo ao Presidente da Comissão, Deputado Eduardo Brandão, para que se sensibilizasse em relação a isso e deixasse que os projetos fossem debatidos e, formalizasse a pauta. Mas o apelo que fiz não foi atendido, embora eu acreditasse que o seria. Vários Deputados também já fizeram esse apelo. Conversamos com o Presidente da Casa para que sensibilizasse o Deputado, a fim de que a Comissão caminhasse normalmente, mas isso não ocorreu. Portanto, venho à tribuna expor essa situação ao conjunto dos Deputados e deixar pública nossa manifestação para que essa Comissão passe a funcionar. Não é possível que a vontade de um Deputado paralise o conjunto dos nossos trabalhos na Assembléia Legislativa e projetos significativos de segmentos tão importantes. Trata-se de uma comissão que analisa exatamente o mérito da administração pública, e muitos dependem daquilo que ali é discutido.

Para se ter uma idéia, o plano de carreira da educação é esperado há muito tempo e já devia ter sido votado. Ele, por ser um projeto de lei complementar, só vai perder prazo no dia 19. Então, teremos de esperar o término desse prazo para que possamos apresentar requerimento aqui na Casa, a fim de que não seja apreciado na Comissão e vá para outra comissão. E já há o compromisso do próprio Governador, que remeteu o projeto, com a sua aprovação. Não há empecilho, porque não existe a tabela de piso salarial para o novo Governador eleito, Deputado Aécio Neves.

Não sei o porquê e com quais objetivos esse projeto está trancado na gaveta e não entra na Comissão de Administração Pública, como já devia ter entrado. Já é vontade da grande maioria, eu diria, da totalidade dos Deputados, que isso ocorra; tanto é assim, que o projeto foi aprovado, por unanimidade, no 1º turno. Voltou à Comissão de Administração Pública para que houvesse urgência em ser apreciado.

Hoje os Deputados assistiram, na frente da Assembléia, a uma manifestação dos Defensores Públicos, solicitando que o projeto que dispõe sobre o regime jurídico dos integrantes da carreira dos Defensores Públicos, o qual se encontra nesta Casa, também de autoria do Governador do Estado, possa ser colocado em pauta no Plenário. Mas, para que isso aconteça, ele precisa ser aprovado na Comissão de Administração Pública. Por sorte, esse projeto já perdeu prazo. Apresentei hoje um requerimento solicitando que o projeto dos Defensores Públicos seja retirado da Comissão de Administração Pública e incluído em ordem do dia para votação. Pelo menos esse conseguiremos votar em Plenário sem que o Presidente da Comissão consiga impedir sua votação.

Fica aqui, mais uma vez, um apelo para que esses dois projetos e outros que provavelmente têm importância sejam incluídos na pauta da Comissão. Pensei em apresentar um requerimento para que maioria dos membros ou todos os membros da Comissão solicitassem a inclusão na pauta. Podemos aprovar esse requerimento, mas a inclusão na pauta, segundo o Regimento Interno, depende da vontade do Presidente. Só ele pode incluir na pauta. Estamos amarrados à vontade de um único Deputado, que, infelizmente, não quer colocar na pauta dois projetos tão importantes, que envolvem milhares de famílias, milhares de pessoas pelo interior do Estado e da Capital.

O Deputado Sargento Rodrigues (em aparte) - Quero cumprimentar o nobre companheiro, Deputado Rogério Correia, e ressaltar a lucidez do

seu pronunciamento nesta tarde, em que reafirma o nosso compromisso, assim como fizemos em todo o mandato, com os companheiros servidores da educação.

É bom aproveitarmos este momento, Deputado Rogério Correia, já que as galerias não estão ocupadas pelos servidores, para fazermos um pronunciamento sincero, transparente, a fim de que as pessoas que costumam fazer mau juízo, dizendo que estamos discutindo apenas para a plateia, saibam que, como membro efetivo da Comissão de Administração Pública, nossa preocupação com a educação é uma constante.

Estamos aqui presentes e gostaríamos de estar fazendo a abertura da comissão para votar e receber as várias demandas e emendas que deveriam ser acolhidas em 2º turno. Há solicitações de várias partes do Estado, vindas do Sind-UTE, que devemos acolher em 2º turno. Infelizmente, não nos cabe colocar o projeto na pauta. Essa é uma competência do Presidente dessa Casa. Queremos cumprimentá-lo e reafirmar a V. Exa. o nosso compromisso de estar aqui todas as quartas-feiras, na Comissão de Administração Pública, para votar as matérias da pauta. O projeto do qual trata V. Exa. é de extrema importância para os servidores públicos e para a educação do Estado. Parabéns a V. Exa. pelo pronunciamento. Muito obrigado.

O Deputado Geraldo Rezende (em aparte) - Quero cumprimentá-lo pelo brilhantismo da sua intervenção, principalmente com relação ao projeto da Defensoria Pública. Quando esse projeto chegou à Comissão de Constituição de Justiça, como Presidente, avoquei a mim a relatoria do projeto. Promovemos uma audiência pública com a classe dos Defensores Públicos e propusemos emenda que foi aprovada na comissão e em 1º turno no Plenário da Casa, dando "status" de secretaria à Defensoria Pública do Estado.

Fico feliz em saber que V. Exa. faz parte dos Deputados que realmente querem uma solução prática para essa questão da Defensoria Pública. Essa lei vai ajudar aquele pobre cidadão mineiro que está nos confins do Estado e não tem ninguém para defender os seus direitos. Esse projeto da Defensoria Pública é do mais alto interesse social e precisa ser aprovado.

Quero fazer coro com V. Exa. e dizer que tenho participado desse projeto desde o começo, como Presidente da comissão, membro, relator do projeto e autor da emenda que deu "status" de secretaria à Defensoria Pública de Minas Gerais. Parabênizo V. Exa., que poderá contar com o nosso voto, assim como, tenho certeza, com os votos da maioria da Casa em favor dos defensores públicos. Muito obrigado.

O Deputado Dalmo Ribeiro Silva (em aparte)* - Parabênizo V. Exa. pelo brilhante pronunciamento, porque sua preocupação é nossa também, particularmente na Comissão de Administração Pública, em que pese ao respeito a seu ilustre Presidente e aos demais membros. Não podemos perder mais tempo. Os membros desta Casa, que retornaram do processo eleitoral, estão prontos para apreciar, discutir e votar as emendas, particularmente as relativas à área da educação e também ao Projeto de Lei nº 150, dos Defensores Públicos.

Na semana passada, a Casa teve o prazer de receber a visita do Dr. Leopoldo, que nos manifestou sua preocupação. Embora a Comissão do Trabalho, da qual sou Presidente, não seja o palco adequado para discutir essa situação, marcamos reunião extraordinária para hoje, às 14h30min, para verificar como poderemos avançar o mais rápido possível.

Sabemos o grande papel que a Defensoria Pública tem exercido no Estado. Esse projeto já foi aprovado em 1º turno, no primeiro semestre. Naquela ocasião, firmamos o compromisso de votá-lo em 2º turno, ainda no mesmo semestre. V. Exa. tem razão. Como manifestaram os Deputados Geraldo Rezende e Sargento Rodrigues, temos que votar esse projeto o mais breve possível.

Há também, para ser votado, o projeto da área da educação que é esperado por milhares de educadores. E há ainda o projeto dos servidores do IMA, aprovado no 1º turno. Estamos aguardando a votação em 2º turno. V. Exa. está de parabéns. Estaremos juntos para votar em 2º turno todos esses projetos. Muito obrigado.

O Deputado Rogério Correia - Muito obrigado, Deputado Dalmo Ribeiro Silva. Fico devendo, por falta de tempo, abordar um outro assunto que gostaria de ressaltar, relativo ao problema da divisão da CEMIG. Concluo apenas fazendo, mais uma vez, um apelo ao Presidente da nossa comissão, Deputado Eduardo Brandão, para que se sensibilize com toda essa argumentação. Ver aprovado o plano de carreira não é apenas um desejo dos professores e trabalhadores da educação, mas também dos Defensores Públicos e da grande maioria dos Deputados que querem ver esse projeto aqui no Plenário para ser apreciado.

Aos Defensores Públicos queria deixar pelo menos uma palavra, para sua tranquilidade. Tendo em vista que o prazo já se extinguiu na comissão, apresentei o requerimento hoje, e, na quinta-feira, o projeto entra em Plenário. Provavelmente, na semana que vem, o Presidente já poderá colocá-lo em votação, sem apreciação da Comissão de Administração Pública. É lamentável que uma comissão pare de funcionar pela simples vontade do seu Presidente, que não se sensibiliza com nosso argumento. Muito obrigado.

* - Sem revisão do orador.

O Deputado Sargento Rodrigues - Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sras. Deputadas, público que nos vê pela TV Assembléia, visitantes, gostaríamos de dar continuação a nosso pronunciamento de ontem; nesta oportunidade cumprimentando o companheiro Geraldo Rezende por sua intervenção. Felizmente, nossas vozes ecoaram por Minas Gerais e uma pessoa de coragem, preocupada com a segurança pública deste Estado, toma decisões sérias, coerentes e necessárias. É bom lembrar, companheiro Deputado Geraldo Rezende, que o constituinte de 1988 foi muito sábio quando, no art. 144 da Constituição Federal, estabeleceu que segurança pública é dever do Estado, direito e responsabilidade de todos. Mas, durante todos esses anos, apesar de conhecer o texto da Carta Magna, muitos tinham uma visão míope desse artigo, entendendo que segurança era apenas uma questão da Polícia Civil e da Polícia Militar, quando, na verdade, é algo muito mais complexo do que imaginamos, sem querer discutir aqui as causas, as questões sociais, mas tratando dos efeitos que estamos presenciando. Medidas concretas precisam ser tomadas. Portanto, quando o constituinte escreve no texto da Carta Magna que segurança pública é dever do Estado, este Estado é todo o poder público constituído - Judiciário, Ministério Público, Secretaria da Justiça e Direitos Humanos e Defensoria Pública, que está batendo às portas do Legislativo, com justa razão, e à qual oferecemos nosso total apoio. A Dra. Luziene Medeiros Barbosa, Juíza da Vara de Execuções Penais de Ribeirão das Neves, tomou uma decisão importante, colocando "ordem na casa", como diz o ditado popular, mais precisamente na Penitenciária José Maria Alckmin. A Juíza teve uma atitude corajosa. Espero que o Ministério Público tenha igualmente participado dessas decisões, porque segurança pública é também obrigação do Ministério Público.

Temos discutido o assunto, inclusive na Proposta de Emenda à Constituição nº 87, de minha autoria e de outros companheiros, que cria a Secretaria de Estado de Defesa Social. Na referida proposta de emenda à Constituição, criamos a Câmara de Gestão, onde os responsáveis, Chefes da Polícia Civil, Polícia Militar, Corpo de Bombeiros, Defensoria Pública, Ministério Público e Poder Judiciário, terão a obrigatoriedade de se reunir quinzenalmente para tratar dos principais assuntos relativos à segurança pública do Estado. O Constituinte de 1988 foi feliz ao dizer que segurança pública é dever do Estado. É importante lembrarmos a atuação da Juíza, Dra. Luziene, pois é dessa forma que devemos tomar as medidas necessárias. Infelizmente, por parte do Executivo, não tivemos acolhida para tomar decisões sérias e imediatas.

Quando servia no Batalhão ROTAM, tive a oportunidade, por várias vezes, obedecendo à determinação do Comando da Polícia Militar, de comparecer nas Penitenciárias Nelson Hungria e José Maria Alckmin, numa grande operação, para fazer a revista dos presos. Naquela época, não havia esses problemas de rebelião porque, sem aviso prévio, a Polícia Militar deslocava-se, num trabalho realizado de forma harmônica

com a Secretaria de Justiça, de madrugada, para as penitenciárias da região metropolitana, fazendo buscas: a chamada operação pente-fino. Mas essas buscas foram proibidas, ocasionando essas situações calamitosas.

Cumprimentamos a Juíza por sua coragem e determinação, cumprindo seu papel, preocupando-se, enquanto parte do Judiciário, com a segurança pública do Estado. Parabenizamos a Juíza por sua iniciativa, já que a matéria não precisava passar por uma decisão judicial, mas tão-somente administrativa, de competência do Poder Executivo.

O Deputado Geraldo Rezende (em aparte) - Deputado Sargento Rodrigues, cumprimento-o pelo brilhantismo de seu pronunciamento na defesa de um ideal que sempre o acompanhou nesta Casa.

Ontem à tarde, quando do nosso pronunciamento, cometi uma injustiça, não incluindo, no rol dos culpados, esta Casa Legislativa. Falei do Governo, da Justiça, dos administradores de sistemas penitenciários, das Secretarias de Justiça e de Segurança Pública, não mencionando esta Assembléia, que também é responsável pela situação.

Cumprimento essa brilhante Juíza, Dra. Luziene Medeiros Barbosa, que proibiu a entrada de qualquer tipo de quinquilharia nas penitenciárias. Sugiro à Juíza que proíba as queimas de colchões ou destelhamento dos presídios nas rebeliões, através de uma portaria que diga que preso que fizer rebelião e queimar colchão dormirá sem ele pois o Sistema Penitenciário não permitirá que seus parentes tragam mais colchões nem que o Estado os reponha. Basta fazer isso para que essa situação termine. Caso chova na Penitenciária e ela se encontre destelhada, paciência, porque o Estado não tem dinheiro para gastar.

Cada preso custa R\$1.250,00 para o Estado, que ainda vai gastar dinheiro com destruição de bens públicos? Está errado. É preciso uma portaria dizendo que se o preso queimou o colchão vai dormir no chão, se destelhou a penitenciária vai tomar chuva.

Quero parabenizar V. Exa. pela sua magnífica visão sobre a segurança pública do nosso Estado. Muito obrigado.

O Deputado Sargento Rodrigues - Agradeço a intervenção do companheiro Geraldo Rezende e reafirmo as palavras que disse ontem desta tribuna no aspecto da disciplina. O que V. Exa. sugere nada mais é que a implantação de uma disciplina rigorosa. Preso tem seus direitos, e existem mecanismos para a sua ressocialização. A direção do presídio tem que facilitar o estudo e o trabalho do preso, mas não podemos admitir que todos entrem no presídio quando bem entenderem, sem sofrer uma busca minuciosa. Penitenciária, presídio ou delegacia que tem carceragem tem que ter rigor na fiscalização, e o preso que está cumprindo pena tem que ter disciplina, caso contrário terá que ser punido. Se o preso estava em regime semi-aberto, poderá voltar para a cela. O que não podemos permitir é que mais rebeliões como essa aconteçam. Enquanto estávamos aqui falando sobre a Penitenciária José Maria Alckmin, tivemos a triste notícia da fuga de seis presos na Penitenciária Francisco Floriano de Paula, a chamada Penitenciária de Paca, localizada a 40km de Governador Valadares. Não podemos admitir esse tipo de coisa. Temos que reestudar a questão da direção das penitenciárias. Se fosse o Governador do Estado, teria demitido imediatamente a direção da Penitenciária José Maria Alckmin, por ter permitido que a situação chegasse àquele ponto. É preciso estabelecer regras claras. A Secretária Ângela Pace tem feito tudo para humanizar o sistema carcerário, mas não podemos pensar apenas na humanização do sistema carcerário do Estado e esquecer do objetivo maior, que é dar segurança à população lesada por aquele preso que cumpre a sua penitência. Como disse o jornalista Acir Antão ontem, penitenciária é para quem vai pagar penitência. A pessoa tem que cumprir as obrigações impostas pela justiça numa condenação que percorreu todos os trâmites legais. Do jeito que está não pode continuar.

O Deputado Alberto Bejani (em aparte) - Nobre Deputado, parabéns pela votação expressiva de V. Exa. no Estado.

A Secretária de Justiça, Dra. Ângela Pace, está convocada para vir à CPI do Sistema Prisional na terça-feira, para explicar as mentiras que contou há quatro meses, quando disse que Minas Gerais tinha o melhor sistema de segurança e era copiado por outros Estados. No Paraná, apenas 20% dos presos voltam à criminalidade.

Minas está com 78% de presos que voltam à criminalidade. Como o senhor disse, há uma direção, dentro das penitenciárias, com acesso, inclusive, a telefones fixos. Parabéns pelo discurso. V. Exa. entende muito da matéria.

O Deputado Sargento Rodrigues - Agradeço ao Deputado Alberto Bejani.

Quero ainda ressaltar, Deputado Geraldo Rezende, que tínhamos presos agindo como líderes de pavilhão, embora não seja possível um cidadão cumprindo pena liderar pavilhão dentro de penitenciária. Quem deve liderar são os monitores de segurança, os Agentes Penitenciários e a direção. Preso não tem que ser líder de nada.

Na Penitenciária Nelson Hungria, chamada de segurança máxima, há um cidadão cuja prisão, durante os meus trabalhos na PM, tive a oportunidade de efetuar: o Rogerão. É o grande líder da penitenciária e continua comandando o tráfico na favela Cabana do Pai Tomás. De forma alguma podemos permitir que isso aconteça.

Novamente, parabenizo a Juíza Luziene, por suas medidas sérias e corajosas, demonstrando que o Poder Judiciário da Comarca de Ribeirão das Neves está preocupado com a segurança pública. Quero também fazer coro com o Deputado Geraldo Rezende quanto à colocação de que esta Casa tem sido omissa em alguns aspectos. Temos insistido com o Presidente Antônio Júlio, para que se instale a Comissão permanente de Segurança Pública, já que precisamos de um fórum permanente para que o Poder Legislativo possa dar sua contribuição para a segurança do cidadão, não apenas legislando e fiscalizando o Executivo, mas também discutindo diuturnamente as questões de segurança pública do Estado. Muito obrigado.

O Deputado Fábio Avelar - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, senhores que nos honram com sua presença nas galerias, telespectadores da TV Assembléia, companheiros da COPASA, venho à tribuna tratar de um assunto da maior relevância para Minas Gerais, as cidades da região metropolitana e, principalmente, Belo Horizonte: o contrato de concessão em negociação entre a COPASA, o Governo do Estado e a Prefeitura Municipal.

Não poderia deixar de cumprimentar o Governador Itamar Franco por sua iniciativa de cancelar a solenidade que estava programada para hoje à tarde, às 15h30min, em que se daria a assinatura de um convênio entre o Governo do Estado, a COPASA e a Prefeitura, prorrogando o prazo e acertando nova data para daqui a 32 anos.

Estou nesta tribuna cumprimentando o Governador por sua importante decisão, uma vez que possibilitou ao novo Governo, através de sua comissão de transição, estudar a questão mais profundamente. A imprensa divulgou palavras do Governador eleito, Aécio Neves, solicitando ao Governo maior tempo para que seus técnicos se aprofundem no assunto.

Particularmente, estranhei a assinatura desse contrato, programado para o final de um governo, quando já há um Governador eleito. Assinar

um contrato no apagar das luzes de um governo, com uma cidade do porte e da importância de Belo Horizonte, por mais 30 anos, é, no mínimo, uma falta de ética. Teriam de escutar o atual Governo e a sua comissão de transição. Por essa razão, cumprimento o Governador Itamar Franco por ter tomado a decisão de cancelar e de adiar a assinatura desse contrato, programado para esta tarde, às 15h30min.

Sou contra várias cláusulas desse contrato. Como funcionário licenciado da COPASA e como parlamentar, tenho acompanhado, há mais ou menos quatro anos, o andamento dessa negociação. Denunciei a esta Casa a maneira fechada com que vinha sendo conduzido o processo entre a Prefeitura e a COPASA. Cheguei a apresentar um requerimento, que foi aprovado, para a realização de uma audiência pública. Nessa oportunidade, pudemos ouvir os vários segmentos da sociedade interessados nesse importante contrato.

O Deputado Carlos Pimenta (em aparte) - Cumprimento V. Exa. pelo pronunciamento. Nesses últimos quatro anos, a COPASA proporcionou-nos uma grata surpresa, com seu trabalho sério e compromissos honrados, como o convênio firmado para a prorrogação da concessão dessa companhia em Montes Claros. Por esse convênio, a cidade pôde realizar uma grande obra, estimada em mais de R\$30.000.000,00, que foi a canalização de vários rios e córregos. Mesmo com certa demora, por questões de fluxo de caixa, a COPASA honrou os seus compromissos, proporcionando, por meio do Governo Itamar Franco, a realização dessa grande obra em Montes Claros.

O grande mérito da COPASA em nossa região foi o socorro prestado aos municípios no combate à seca, com a perfuração de poços artesianos. À frente da Regional Norte da COPASA está o Dr. Geraldo Davi Alcântara, pessoa altamente capacitada, com prestígio e amizades, que tem dado demonstração de eficiência muito grande.

Esse fato, ocorrido em Belo Horizonte, demonstra claramente que a COPASA está propensa ao diálogo. Espero que ele aconteça, para que essa companhia não perca a área metropolitana de Belo Horizonte. Cumprimento e agradeço a V. Exa., que é oriundo dos quadros da COPASA, e à COPASA, em nome dos municípios norte-mineiros que foram socorridos por essa companhia, principalmente nos momentos em que precisavam de um caminhão-tanque e de um poço artesiano.

Essa grande empresa que tem feito um trabalho fantástico no socorro à nossa gente, aos nossos Prefeitos, aos nossos municípios. Pelo grande trabalho que tem realizado, sua presença está ajudando Montes Claros e a grande maioria dos municípios. Espero que, no Governo Aécio Neves, ela continue trilhando o mesmo caminho, tendo à frente dos seus quadros pessoas comprometidas com o desenvolvimento da nossa Minas Gerais, continuando a desempenhar esse grande papel social, como fez principalmente nos últimos anos. Parabéns a V. Exa. pelo seu pronunciamento e parabéns à COPASA pela grande empresa que é.

O Deputado Fábio Avelar - Agradeço o aparte de V. Exa., o qual vem dar contribuição muito grande ao meu pronunciamento. Apresentarei agora as minhas posições em relação a alguns pontos aos quais sou contrário nesse contrato que está sendo negociado com a Prefeitura de Belo Horizonte.

Não me foi feita uma apresentação formal do contrato, mas, por notícias veiculadas e alguns conhecimentos que temos na empresa, tivemos a informação de que, ao assinar esse contrato com a Prefeitura de Belo Horizonte, a COPASA deveria repassar, mensalmente, à Prefeitura de Belo Horizonte, a quantia aproximada de R\$1.500.000,00 por mês.

Imagine, Deputado Carlos Pimenta, uma cidade como Belo Horizonte, que tem, praticamente, seu serviço de saneamento atendido, recebendo dos cofres da COPASA mais ou menos R\$1.500.000,00 por mês, sem contar a participação de 50% da contrapartida de um empréstimo de quase R\$140.000.000,00 que a Prefeitura está negociando com o Banco Mundial. Então, por que essa negociação especial com Belo Horizonte? E as demais cidades da Região Metropolitana de Belo Horizonte? E cidades como Nova Lima, que fornece mais de 60% da água a Belo Horizonte? E Igarapé, Contagem e Brumadinho? Todas essas fornecem água a Belo Horizonte, que não tem 1% de água produzida aqui para distribuir à sua comunidade. Por isso foi importante a decisão do Governador Itamar Franco de cancelar a assinatura, para que seja feita, pela equipe de transição do atual Governo, uma análise mais profunda do contrato.

Tenho posição tranquila quanto a essa questão, porque conheço essa empresa há muitos anos. Tive a honra e o privilégio de ser seu Diretor por dois mandatos. Sei da sua importância para o Estado como um todo.

A quantia a ser repassada à Prefeitura de Belo Horizonte, mensalmente, como disse, gira em torno de R\$1.500.000,00. Daria para beneficiar, mais ou menos, 15 pequenas comunidades, por mês, no Estado de Minas Gerais. Esse contrato tem de ser analisado. Tive a oportunidade de levar essa à equipe de transição, por meio do coordenador do Governador eleito, Dr. Anastasia, e de uma pessoa que também faz parte da equipe, Dra. Eleni, que tem conhecimento profundo sobre as questões pertinentes a empresas públicas. Então, não poderia deixar de me manifestar. Não que seja contrário à negociação com a Prefeitura de Belo Horizonte. Ela é muito importante para a COPASA, mas o atual Governo tem de ter conhecimento sobre o que está sendo negociado, porque é um contrato que terá vigência por 30 anos. Trata-se de um contrato muito longo para ser assinado no final de uma administração.

Acredito que, se for convidado, tenho condições de dar alguma contribuição, porque conheço a empresa profundamente, não só no que diz respeito à Região Metropolitana de Belo Horizonte, mas também a todo o Estado. É um dever. Nesse caso, repito: o contrato a ser celebrado com a Prefeitura de Belo Horizonte não pode ser negociado sem que sejam ouvidos os demais Prefeitos da Região Metropolitana de Belo Horizonte, já que são quase 30 Prefeitos que se valem dos serviços prestados por essa empresa.

Por que só Belo Horizonte terá o privilégio de receber R\$1.500.000,00 por mês, sem contar a participação na contrapartida do empréstimo que será feito com o Banco Mundial? Esse assunto é grave e tem de ser debatido. Os demais Prefeitos da região metropolitana têm de ser ouvidos. Aproveito esta oportunidade para sugerir à comissão de transição do futuro Governador Aécio Neves, por intermédio de seu coordenador, Dr. Anastasia, que faça uma reunião com todos os Prefeitos da Região Metropolitana de Belo Horizonte. Esse assunto não está ligado somente à Capital, porque todo o sistema metropolitano é interligado. Então, ele não pode ser tratado de forma isolada. Acredito na sensibilidade da comissão de transição e tenho certeza de que esta convocará os Prefeitos da região metropolitana para participar dessa negociação. Temos cidades tão importantes como Belo Horizonte, a exemplo de Nova Lima, que é responsável pelo fornecimento de 60% da água da Capital e de outras cidades da região metropolitana. Podemos citar Igarapé - que também atende a uma grande parcela da região -, além de Contagem e Brumadinho. Não precisamos falar sobre a importância de Contagem dentro do contexto metropolitano.

Mais uma vez, reafirmo a minha posição: defendo, como sempre o fiz, que a titularidade do serviço de saneamento em regiões metropolitanas seja de responsabilidade do Governo do Estado, e não das Prefeituras. Se houver uma negociação com todos os Prefeitos da região metropolitana seremos favoráveis, mas não concordamos que essa negociação seja feita de forma tão isolada com a Prefeitura de Belo Horizonte, como sempre aconteceu.

O Deputado Durval Ângelo (em aparte) - Deputado Fábio Avelar, o que V. Exa. apresenta é correto em parte, porque hoje há um grande déficit da COPASA em relação a Belo Horizonte, que gera 40% da riqueza do sistema e tem carências enormes de saneamento básico. A autonomia do município em gerir esse sistema é determinada pela Constituição. Se o município não renovar ou denunciar o contrato, poderá comprar a água da COPASA ou de outra cidade da região metropolitana e gerir o seu sistema. Temos de deixar bem claro que 40% do lucro operacional da COPASA sai de Belo Horizonte. O acordo feito pelo Governador não tira o espírito solidário do Prefeito, o companheiro Fernando Pimentel, porque prevê uma aplicação ínfima no saneamento básico da região metropolitana.

Tanto é verdade, que o próprio Governador Itamar Franco e a atual direção da COPASA concordaram com que a aplicação na região metropolitana deva ser mínima.

Agora, com relação a Rio Manso ou Mateus Leme, onde há o reservatório da COPASA, essas cidades já têm uma vantagem, porque são contempladas com uma parcela do ICMS ecológico, que pode ser muito pequena e, muitas vezes, não representa o valor gasto para proteger mananciais, já que têm limitações para construir. Poderíamos até levantar a discussão de que cidade que tem manancial, que tem reserva de água para atendimento da população tenha um percentual maior. Mas, hoje, a Prefeitura de Belo Horizonte não recebe nenhum retorno da parte da COPASA.

Mas achávamos que essa questão tivesse sido resolvida. V. Exa. se lembra muito bem que convivemos, há dois anos, com uma posição radicalizada do Prefeito anterior, de total autonomia e independência de Belo Horizonte com relação ao sistema COPASA. Hoje essa discussão está superada, em nome da tese que V. Exa. sempre defendeu aqui, que é a preocupação solidária, a qual considero correta. No entanto, o acordo que seria assinado garantia que uma parcela ínfima do lucro gerado por Belo Horizonte seria aplicado em saneamento básico na cidade.

Agora, o que mais nos causa estranheza em tudo isso é que a equipe de transição do futuro Governo parece que está governando. O Governo que vai tomar posse em 1º de janeiro barrou a assinatura desse acordo. Isso é um fato lamentável, porque se chegou a um entendimento, chegou-se a uma preocupação em função do modelo da discussão que foi feita nesta Assembléia, trazido por V. Exa. Mas vimos que foi superado. Para nós o pior é ver que quem está dando as cartas não é o atual Governador, que, junto com a direção da COPASA, concordou com a assinatura do contrato, que garantiria mais 30 anos para a COPASA continuar explorando o sistema de água e saneamento em Belo Horizonte. Acho que esse é o fato mais grave que deve ser abordado.

O Deputado Fábio Avelar - Agradeço o aparte do ilustre Deputado Durval Ângelo, mas gostaria de dizer que não penso da mesma maneira.

Um convênio que vem sendo negociado há mais ou menos cinco anos é um assunto bastante complexo. Além do mais, entendo a ação do Governador Itamar Franco como oportuna e importante para que o novo Governo se posicione perante um contrato que vai durar mais de 30 anos.

Gostaria de reafirmar que essa participação não é tão ínfima quanto V. Exa. disse: são mais ou menos R\$1.500.000,00 por mês. Isso daria, Deputado Durval Ângelo, para levar por mês o saneamento básico a cerca de 10 ou 15 cidades mineiras que não o têm. Em Belo Horizonte, essa questão está praticamente resolvida: há 100% de saneamento e água tratada, e o esgoto será conduzido pela COPASA. Mas penso que esses atendimentos devem ser feitos por contatos específicos, e não pelo depósito de R\$1.500.000,00 todo mês nos cofres da Prefeitura, prejudicando, assim, esse trabalho tão importante da COPASA nas cidades que não têm a condição de Belo Horizonte, cidades deficitárias que não têm saneamento nem água tratada. Nós, como Deputados, temos que nos preocupar com todo o Estado de Minas Gerais, e não apenas com a cidade de Belo Horizonte.

Agradeço o aparte de V. Exa., mas gostaria de deixar clara a nossa posição. Entendemos ser oportuna essa decisão do Governador Itamar Franco, de dar ao Governo que vai assumir o Estado a oportunidade de participar e, pelo menos, conhecer um assunto tão delicado e importante, como é a renovação de um contrato por mais 30 anos. Acho que essa atitude é, no mínimo, um gesto de delicadeza do atual Governo em relação à equipe do Governo Aécio Neves.

Muito obrigado, Sr. Presidente. Desculpe-me os minutos excedentes.

O Deputado Carlos Pimenta - Deputado Wanderley Ávila, que preside a reunião desta tarde, Srs. Deputados, senhoras e senhores, imprensa mineira. Gostaria de externar uma preocupação muito grande em relação ao orçamento do Estado para 2003, principalmente no tocante aos investimentos. Duas áreas me chamaram a atenção: os investimentos do Estado na segurança pública e na saúde.

Em primeiro lugar, quero falar sobre o orçamento previsto para o setor de segurança pública. Até o final da semana, gostaria de apresentar à imprensa, para conhecimento e divulgação, um estudo que estamos fazendo, em que observamos que os investimentos previstos para a área de segurança pública são mínimos, direcionados para a reforma de algumas cadeias públicas e para a construção de duas ou três cadeias públicas. Não existe absolutamente mais nada destinado ao nosso Estado, ao futuro Governador, para fazer frente a esse problema seriíssimo que estamos enfrentando.

Há poucos minutos, tivemos o pronunciamento do Deputado Sargento Rodrigues - que pertence ao meu partido e é profundo conhecedor da área de segurança pública -, em que demonstrava toda a sua preocupação com relação ao sistema prisional e com os presidiários do Estado de Minas Gerais. Observando esse orçamento, fazendo essa análise, que não precisa ser profunda, mas pode ser rápida e superficial, notamos que não existe nenhum recurso destinado ao Estado para o próximo ano, no tocante a investimentos no setor de pessoal. Não existe nenhum recurso previsto para a aquisição de viaturas, armamentos e equipamentos de proteção para os policiais militares e civis. Isso nos leva a concluir que, se não for feito um remanejamento desse orçamento, teremos problemas seriíssimos na área de segurança da nossa população. Estava previsto - ou, pelo menos, tínhamos esse compromisso - que teríamos investimentos do Governo do Estado para a implantação do Centro de Reeducação dos Menores, uma necessidade premente que estamos debatendo desta tribuna há muitos anos. Não é mais possível que o Estado trate o menor infrator, ou aquele com risco de se tornar infrator, como vem tratando. Sabemos que praticamente 80% dos crimes banais contra nossa população são cometidos por menores, assim como quase 100% dos roubos e furtos. Sabemos que esses menores estão pelas ruas de Belo Horizonte e dos grandes centros, sem nenhuma assistência. O tráfico de drogas e a facilidade com que elas chegam às mãos dos menores também são uma preocupação muito grande, e é necessário que haja uma atenção maior do Governo do Estado nesse sentido, expressa no orçamento, porque não se combate criminalidade nem insegurança pública, nem pode ser sanada a falta de ações para proteger os menores dos grandes centros e da Capital sem recursos; e o orçamento da Secretaria de Segurança Pública e da Polícia Militar não prevê nenhum recurso para ações que possam combater a criminalidade.

Fico imaginando o que é possível fazer. Esta Casa tem, em suas mãos, talvez a única oportunidade de tirar dinheiro de quem não necessita tanto e colocar na segurança pública do nosso Estado.

Caso contrário, assistiremos à impunidade, à falta de assistência e de compromisso do Governo do Estado para combater a criminalidade. Necessitamos da construção de centros de educação de menores, prevista no orçamento deste ano. Há promessa de se assegurarem recursos ao orçamento de 2003 para a construção de centros em Governador Valadares, Juiz de Fora, Montes Claros, Betim e Pouso Alegre, mas os recursos sumiram.

O Deputado Alberto Bejani (em aparte) - Muito obrigado. Parabéns pelo conhecimento. Por falar em menores, no CERESP, em Juiz de Fora, temos oito crianças, de nove a treze anos, detidas. A capacidade é para 240 presos, mas existem 548, alguns perigosos, que deveriam estar sob a guarda da Secretaria de Justiça.

O orçamento para o próximo ano não prevê recursos destinados à segurança pública. Os policiais militares e civis usam coletes vencidos há cinco anos. Não resguardam, portanto, o cidadão e o policial. Não se compram coletes para as polícias; compraram apenas os cabos de

revólveres. Acredite quem quiser. Compraram cabos bonitinhos, de 2002, para o revólver de 1912. Como esse Governo tem a coragem de autorizar o comando da PM a comprar cabo de madeira para que o revólver fique bonitinho? Muitos nem funcionam, a munição é recarregada, e a população fica desprotegida. Há municípios que não possuem carros de polícia. O "Fantástico" mostrou que o cidadão tem de buscar, com carro particular, o policial, para atender à ocorrência. Quando tem carro, não tem petróleo; quando tem petróleo, não tem carro. O colete com a validade vencida e a munição não funcionam. Urge haver remanejamento ou ficaremos entregues à bandidagem que campeia em Minas Gerais.

O Deputado Carlos Pimenta - Agradeço seu pronunciamento, que, de forma peculiar, retrata a situação do Estado. A segurança pública é prioridade da população. O povo não agüenta mais tanta incerteza e insegurança. Não agüenta mais assistir, pelo noticiário, a cenas em que os Agentes Penitenciários são amarrados em botijões de gás, nem à conivência existente nas penitenciárias, onde há inúmeros revólveres, televisores, computadores e uma centena de armas brancas. Tudo isso leva-nos a questionar, a todo momento, o porquê de não se investir na segurança da população.

Esta Casa tem a responsabilidade de dar uma resposta. O povo está preso em casa, enquanto os bandidos estão nas ruas. O narcotráfico está aí. De vez em quando, pega-se um chefe do narcotráfico em algum bairro ou favela. Os caras debocham da população, da justiça, desafiam a polícia, e isso é inconcebível. Queremos segurança. A segurança hoje, na verdade, é prioridade para todos. O narcotráfico está presente nas pequenas cidades de Minas Gerais, e todos sabemos por onde entra a droga em Minas Gerais, a rota da maconha, da cocaína. Não se pode fazer nada sem recursos, sem investimentos. Como um soldado pode enfrentar um bandido armado com um fuzil AR-15 munido apenas de um colete vencido, revólver de cabo novo carregado com bala que não funciona? A situação é complicada, é grave. Temos de ter o mínimo de responsabilidade e destinar o mínimo de recursos para a segurança pública.

Outro setor para o qual também não consegui detectar recursos, investimento, é o da saúde. A saúde pública de Minas Gerais, no próximo ano, vai ficar em uma situação deplorável, caótica. Em Belo Horizonte, o grande hospital de urgência e emergência, João XXIII, não comporta mais pacientes. Fiz uma visita àquele hospital e constatei isso. São 285 leitos totalmente tomados e pelo menos mais 100 leitos nos corredores. Vêm-se doentes em macas, baleados, outros, esfaqueados, em cima de colchões, pessoas sofrendo enfarte, CTI lotado e uma fila de pessoas esperando vagas. Muitas vezes o médico plantonista transforma-se em Deus, tendo de escolher quem vai viver ou morrer. Se há uma vaga no CTI e dez pessoas na fila, ele simplesmente olha e fala: interna aquele. Estamos fadados a morrer.

O hospital de Venda Nova, o Pronto-Socorro de Belo Horizonte, depois de seis anos, só funciona com 20% de sua capacidade. É um hospital que poderia atender também à grande demanda de urgência e emergência. Falo em Belo Horizonte para chegar aos grandes centros. Hoje, Sebastião Navarro, no jornal "Hoje em Dia", tomei conhecimento de que Varginha possui um hospital público com dez CTIs e está desativando cinco leitos por falta de pagamento. Uma cidade do Sul de Minas, perto de Poços de Caldas, que V. Exa. representa e que hoje está comemorando aniversário - cumprimento a população de Poços de Caldas, na pessoa de V. Exa. -, na qual a realidade deveria ser diferente do Jequitinhonha, do Noroeste, do Norte de Minas. Enquanto Varginha possui dez vagas de CTI e desativa cinco, no Norte de Minas apenas a cidade de Montes Claros possui CTI. Cidades grandes como Januária, Pirapora, do Deputado Wanderley Ávila, Salinas, Janaúba, São Francisco, Bocaiúva, todas com população acima de 50 mil habitantes, não têm uma vaga de CTI.

Fica o meu alerta, e que, no final desta semana, a imprensa cobre-me esse trabalho. Mostraremos que os recursos destinados à segurança pública de Minas Gerais causam vergonha a qualquer parlamentar e a qualquer cidadão. Os recursos do setor de saúde pública para 2003, em Minas Gerais, não prevêem nenhum centavo de investimento acima do que foi feito este ano. Isso se torna mais grave quando observamos ainda, como Restos a Pagar de 2001 e 2003, que o Governo Itamar Franco está com dificuldade de honrar mais de 400 milhões de convênios assinados para mais de 500 municípios. Você, cidadão, que acompanha esta Assembléia, você, que mora no interior, tem motivo para ficar preocupado!

E temos a oportunidade de exercitar o nosso direito de legislar, investindo mais recursos na segurança e saúde públicas de Minas Gerais. Se assim não for, o Governador Aécio Neves encontrará o Estado sem recursos, com esses dois setores em uma situação ainda mais crítica. Muito obrigado.

408ª REUNIÃO ORDINÁRIA

Discurso Proferido em 7/11/2002

O Deputado Dalmo Ribeiro Silva - Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sras. Deputadas, telespectadores da TV Assembléia, alunos da Escola do Legislativo que aqui se encontram sob o comando do nosso querido mestre Antônio Geraldo, a quem mais uma vez rendo minhas homenagens por tudo o que tem feito pela Assembléia Legislativa e pelo povo mineiro.

Desejo, na tarde de hoje, saudar, com muita alegria, os dez anos de trabalho e realizações da Secretaria de Estado de Habitação e Desenvolvimento Urbano. É um justo reconhecimento pelo papel desempenhado por esse órgão na execução de importantes programas habitacionais, que permitiram o acesso de muitas famílias a um direito fundamental: a moradia.

Criada em 1992, por meio da Lei nº 10.624, a Secretaria de Habitação e Desenvolvimento Urbano, ao longo desta primeira década de atividades, desempenhou com muita eficiência a sua função de planejar, organizar, executar e controlar os programas e os projetos ligados ao setor habitacional e de desenvolvimento urbano em Minas Gerais.

Entre outras iniciativas dessa Pasta, merece destaque a implementação de políticas setoriais voltadas, especialmente, para as populações de baixa renda, como, por exemplo, a criação de programas habitacionais já em funcionamento. Da mesma forma, a Secretaria articulou parcerias com instituições públicas e privadas, visando a uma melhor cooperação técnica, e promoveu a descentralização e interiorizou suas ações, valendo-se da participação de associações microrregionais, o que foi, sem dúvida, um grande avanço.

Ainda na mesma direção de contribuir para a redução do déficit habitacional em nosso Estado, a Secretaria de Habitação e Desenvolvimento Urbano fez mapeamento e cadastramento das áreas que apresentam carências habitacionais, visando à definição de programas mais adequados à realidade da população.

Para tornar exequível toda essa gama de ações, a Secretaria promoveu a captação de recursos para o setor junto aos diferentes organismos federais, o que tornou possível a realização de importantes empreendimentos que atenderam, entre outras, a mais de 2.500 famílias atingidas por enchentes no Sul de Minas, Jequitinhonha, Mucuri e Rio Doce.

Não há como desconhecer o fato de que possuir moradia dignifica a pessoa humana, pois fortalece os seus vínculos de referência e o inerente sentimento de proteção e abrigo, levando-a a ser reconhecida na sociedade como titular plena de direitos e deveres.

Não sem razão, a Constituição Federal, em seu art. 6º, incluiu entre os direitos sociais do cidadão brasileiro a moradia, reconhecendo a

habitação como necessidade primária, comparada ao direito à vida. Assim, o desafio de superação da escassez de recursos para a construção de um número maior de unidades habitacionais não pode ser encarado com pessimismo. Temos que acreditar e agir.

É o que tem feito a Secretaria de Estado de Habitação e Desenvolvimento Urbano, que conta hoje com a eficiência e o dinamismo do seu titular, Dr. Paulo de Melo Franco, que imprime um ritmo todo especial na execução das tarefas confiadas a essa importante Pasta.

É imperioso mencionar o relevante trabalho que executam os servidores da Secretaria, profissionais da mais alta qualificação, que não medem esforços para contribuir nessa jornada que avança para tornar realidade o sonho da casa própria para o maior número possível de famílias mineiras dos quatro cantos do Estado.

É com essa determinação - que conjuga os esforços do Secretário Paulo de Melo Franco e dos servidores da área habitação, que vem sendo conduzido o Programa de Subsídio à Habitação de Interesse Social, o PSH, que é considerado o carro-chefe das alternativas disponíveis para minimizar o caos habitacional causado pelo empobrecimento da população nos últimos anos, que resultou na proliferação de favelas, provocou o aumento no número de invasões e o conseqüente desordenamento urbano.

O PSH conta com a participação do Governo Federal, que se propõe a subsidiar parte dos financiamentos para famílias com renda até R\$580,00. Estabelece, por outro lado, como contrapartida, a participação efetiva das Prefeituras, que devem disponibilizar terrenos para a construção de casas e toda a infra-estrutura necessária.

Portanto, ao cumprimentar todos os servidores e o Secretário, Paulo de Melo Franco, pelo transcurso dos dez anos desse órgão, renovo o nosso apelo para que o futuro Governo Aécio Neves considere como prioridade a execução de amplo programa habitacional para Minas Gerais.

Certamente, o resultado será a geração de emprego e renda, a diminuição da violência, a melhoria de qualidade da saúde, a melhoria na educação, no transporte e, sobretudo, nas relações humanas das populações de baixa renda.

Com essas considerações, Sr. Presidente, queremos homenagear a Secretaria da Habitação e do Desenvolvimento Urbano, que completa dez anos de franca atividade, restabelecendo o que o cidadão mais necessita, que é o abrigo inviolável da sua família, sua casa, fazendo com que sua auto-estima seja resgatada pelo sentimento de ter a sua propriedade.

Quero, mais uma vez, congratular-me com o Secretário, com todos os servidores incansáveis, que não têm medido esforços na condução e na preparação de projetos, trazendo a Minas Gerais inúmeras moradias para pessoas de baixa renda.

Outro assunto que me traz a esta tribuna é a decisão tomada pela Diretoria Regional de Saúde de Pouso Alegre. Tomamos conhecimento, por intermédio das autoridades dos municípios e da imprensa local, que a Delegacia da Saúde de Pouso Alegre determinou, através da Vigilância Sanitária, o descredenciamento e fechamento de vários hospitais, iniciando por Monte Sião, Careaçu, Heliódora, Maria da Fé, Santa Rita de Caldas e outros municípios. Chamou-nos a atenção a determinação da Secretaria da Saúde, Regional de Pouso Alegre, em tomar essa drástica providência: o fechamento dos hospitais. Sabemos que essas cidades são pequenas e não possuem nenhum posto de saúde; possuem exclusivamente a Santa Casa, o pronto atendimento.

Estamos muito preocupados e ansiosos para que essa decisão seja imediatamente revogada por decisão do Secretário. Sabemos ainda da preocupação do Secretário da Saúde, que esteve ontem na nossa região. Marcamos uma audiência com o Secretário, com todos os representantes dos municípios e com representantes das cidades cujos hospitais serão fechados pela Secretaria, para encontrarmos uma solução, resgatando a tranquilidade da população carente, que necessita do tratamento de urgência. Sabemos das dificuldades que os hospitais estão enfrentando, mas temos certeza de que seus Prefeitos e as Câmaras Municipais, unidos em um só esforço, buscarão uma solução para reabrir o atendimento de urgência dos hospitais.

Neste momento, apresentamos um requerimento ao Secretário Gen. Carlos Patrício e ao Governador Itamar Franco, a fim de que reavaliem a possibilidade de fechamento dessas unidades hospitalares no Sul de Minas. Isso preocupa os Deputados do Sul de Minas, os quais conclamo para conosco comparecerem à Secretaria da Saúde, na próxima terça-feira, a fim de buscar uma solução imediata, uma vez que o assunto envolve os Prefeitos, os Vereadores e toda a comunidade.

Hoje, falei com dois Prefeitos de cidades em que foi determinado o fechamento de hospitais, e eles manifestaram grande preocupação, porque são cidades em que os hospitais funcionam há longos anos. Algumas diligências da Vigilância Sanitária não foram cumpridas, mas poderão sê-lo. Portanto, sugerimos que os hospitais apresentem um termo de ajustamento de conduta, para que o seu fechamento seja tornado sem efeito, a fim de que continuem trabalhando e atendendo às pessoas que residem no Sul de Minas, que necessitam de atendimento médico e ambulatorial.

Faço um apelo, Sr. Presidente, para que, por meio de requerimento já protocolizado, o nosso Secretário, que tão bem tem dirigido os destinos da saúde do Estado, reavalie a posição do Departamento de Vigilância Sanitária de Pouso Alegre, a fim de que esses hospitais possam continuar a trabalhar, atendendo ao termo de ajustamento de conduta, com o aval dos municípios e da população, e evitando, assim, a transferência de pessoas para Pouso Alegre e Poços de Caldas, pois ainda há o agravante da precariedade de nossas rodovias do Sul de Minas.

A saúde merece uma decisão imediata, e preocupa-me sobremaneira a determinação da Superintendência de Pouso Alegre. Mas, com certeza, a reavaliação será feita com recursos da própria Secretaria, buscando-se uma solução e tranquilizando-se, assim, todos os municípios que se encontram nessa relação. Temos certeza absoluta de que, em breve, teremos uma solução para essa situação tão difícil e dramática que envolve o Sul de Minas. Muito obrigado.

MATÉRIA ADMINISTRATIVA

ATOS DA MESA DA ASSEMBLÉIA

Na data de 23/10/2002, o Sr. Presidente, nos termos do inciso VI do art. 79 da Resolução nº 5.176, de 6/11/97, e nos termos das Resoluções nºs 5.100, de 29/6/91, 5.130, de 4/5/93, 5.179, de 23/12/97, e 5.203, de 19/3/2002, combinadas com as Deliberações da Mesa nºs 1.509, de 7/1/98, e 1.576, de 15/12/98, assinou os seguintes atos relativos a cargos em comissão e de recrutamento amplo do Quadro de Pessoal desta Secretaria:

Gabinete do Deputado Edson Rezende

exonerando Luiz Felipe Pereira Miranda do cargo de Secretário de Gabinete II, padrão AL-20, 8 horas;

exonerando Maria Regina da Mata Machado Coelho do cargo de Auxiliar de Gabinete I, padrão AL-14, 8 horas;

nomeando Luiz Felipe Pereira Miranda para o cargo de Auxiliar de Gabinete I, padrão AL-14, 8 horas;

nomeando Maria Regina da Mata Machado Coelho para o cargo de Secretário de Gabinete II, padrão AL-20, 8 horas.

Gabinete do Deputado Márcio Kangussu

exonerando Ana Raquel Moreira Maia do cargo de Secretário de Gabinete, padrão AL-18, 8 horas;

exonerando Danyllo Pinheiro da Silva do cargo de Auxiliar de Gabinete I, padrão AL-14, 8 horas;

nomeando Ana Raquel Moreira Maia para o cargo de Auxiliar de Serviços de Gabinete II, padrão AL-12, 8 horas;

nomeando Danyllo Pinheiro da Silva para o cargo de Agente de Serviços de Gabinete I, padrão AL-02, 8 horas;

nomeando João Augusto Fernandes Sobrinho para o cargo de Agente de Serviços de Gabinete, padrão AL-01, 8 horas;

nomeando Roberto Alcantara Botelho para o cargo de Agente de Serviços de Gabinete I, padrão AL-02, 4 horas.

TERMO DE DESCRENCIAMENTO

Credenciante: Assembléia Legislativa do Estado de Minas Gerais. Credenciada: Maria Leonor da Silveira. Objeto: prestação de serviços na área de saúde. Objeto deste aditamento: rescisão do termo de credenciamento. Vigência: a partir de 4/11/2002.

TERMO DE DESCRENCIAMENTO

Credenciante: Assembléia Legislativa do Estado de Minas Gerais. Credenciado: Sebastião Nataniel Silva Gusmão. Objeto: prestação de serviços na área de saúde. Objeto deste aditamento: rescisão do termo de credenciamento. Vigência: a partir de 5/11/2002.

TERMO DE DESCRENCIAMENTO

Credenciante: Assembléia Legislativa do Estado de Minas Gerais. Credenciado: Marzo Luiz Berzan. Objeto: prestação de serviços na área de saúde. Objeto deste aditamento: rescisão do termo de credenciamento. Vigência: a partir de 30/10/2002.

TERMO DE DESCRENCIAMENTO

Credenciante: Assembléia Legislativa do Estado de Minas Gerais. Credenciado: Caetano Souza Lopes. Objeto: prestação de serviços na área de saúde. Objeto deste aditamento: rescisão do termo de credenciamento. Vigência: a partir de 31/10/2002.

TERMO DE DESCRENCIAMENTO

Credenciante: Assembléia Legislativa do Estado de Minas Gerais. Credenciado: Waldemar Henrique Fernal. Objeto: prestação de serviços na área de saúde. Objeto deste aditamento: rescisão do termo de credenciamento. Vigência: a partir de 31/10/2002.

TERMO DE DESCRENCIAMENTO

Credenciante: Assembléia Legislativa do Estado de Minas Gerais. Credenciada: Marília Ferreira Gomes. Objeto: prestação de serviços na área de saúde. Objeto deste aditamento: rescisão do termo de credenciamento. Vigência: a partir de 7/11/2002.

TERMO DE DESCRENCIAMENTO

Credenciante: Assembléia Legislativa do Estado de Minas Gerais. Credenciada: Ana Lúcia Vieira Vaz de Melo. Objeto: prestação de serviços na área de saúde. Objeto deste aditamento: rescisão do termo de credenciamento. Vigência: a partir de 17/10/2002.

TERMO DE DESCRENCIAMENTO

Credenciante: Assembléia Legislativa do Estado de Minas Gerais. Credenciada: Hilma Nogueira da G. Monachesi Gaio. Objeto: prestação de serviços na área de saúde. Objeto deste aditamento: rescisão do termo de credenciamento. Vigência: a partir de 29/10/2002.

TERMO DE DESCRENCIAMENTO

Credenciante: Assembléia Legislativa do Estado de Minas Gerais. Credenciada: Valéria Maria da Silva. Objeto: prestação de serviços na área de saúde. Objeto deste aditamento: rescisão do termo de credenciamento. Vigência: a partir de 29/10/2002.

TERMO DE DESCRENCIAMENTO

Credenciante: Assembléia Legislativa do Estado de Minas Gerais. Credenciada: Ivone Polizzi. Objeto: prestação de serviços na área de saúde. Objeto deste aditamento: rescisão do termo de credenciamento. Vigência: a partir de 28/10/2002.

TERMO DE DESCRENCIAMENTO

Credenciante: Assembléia Legislativa do Estado de Minas Gerais. Credenciada: Dalva Maria Salgado Machado. Objeto: prestação de serviços na área de saúde. Objeto deste aditamento: rescisão do termo de credenciamento. Vigência: a partir de 18/10/2002.

TERMO DE DESCRENCIAMENTO

Credenciante: Assembléia Legislativa do Estado de Minas Gerais. Credenciado: Ricardo de Amorim Corrêa. Objeto: prestação de serviços na área de saúde. Objeto deste aditamento: rescisão do termo de credenciamento. Vigência: a partir de 25/10/2002.

TERMO DE ADITAMENTO

Contratante: Assembléia Legislativa do Estado de Minas Gerais. Contratado: Hospital Semper. Objeto: prestação de serviços de assistência médico-hospitalar. Objeto do aditamento: alteração de cláusulas contratuais. Vigência: a partir da assinatura.

TERMO DE RESCISÃO AMIGÁVEL

Credenciante: Assembléia Legislativa do Estado de Minas Gerais. Credenciada: Maria Christina Matte Loyola. Objeto: prestação de serviços especializados de exames laboratoriais. Objeto deste aditamento: rescisão amigável. Vigência: a partir de 31/10/2002.

TERMO DE CREDENCIAMENTO

Credenciante: Assembléia Legislativa do Estado de Minas Gerais. Credenciada: Cláudia Ribeiro de Castro Seda. Objeto: prestação de serviços de fisioterapia. Vigência: 60 meses, a partir da assinatura.